



## Punição a empresa corruptora é aprovada e segue à sanção

Waldemir Barreto/Agência Senado



Entre Eduardo Braga e Casildo Maldaner, Renan Calheiros preside sessão em que projeto foi aprovado, ontem

A chamada Lei Anticorrupção, aprovada pelo Senado, prevê multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto anual ou de valores entre R\$ 6 mil e R\$ 60 milhões

**I**niciativa responsabiliza administrativa e civilmente pessoas jurídicas que ofereçam vantagem indevida a agente público, que fraudem licitações e que financiem atos ilícitos. Atualmente, apenas os agentes públicos flagrados em casos de corrupção

são punidos. Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, medida é “mecanismo fundamental” para combater a corrupção. Já Ricardo Ferraço, relator, lembrou que lei atende recomendação de organismo internacional e valoriza a imagem do Brasil no mundo. **3**

**Senadores repudiam tratamento de países europeus a Evo Morales 8**

**Movimentos de jovens apoiam projeto do passe livre 2**

**Comissão pede resposta rápida para bloqueio de estradas 6**

**Segundo Renan, é essencial ouvir a sociedade sobre reforma política 5**

### Mercosul é exemplo de sucesso, diz Pimentel

Ministro do Desenvolvimento minimizou importância da Aliança do Pacífico para o futuro do bloco sul-americano em audiência na CRE **8**



Ferraço (D) preside audiência da CRE que ouviu Pimentel sobre o Mercosul

### Debate exige critério para fiscalizar saúde

Projeto que visa punir gestores públicos de saúde envolvidos em ações fraudulentas foi discutido ontem na Comissão de Assuntos Sociais. Participantes advertiram que é

preciso clareza e equilíbrio para não haver injustiça em casos como transferências de recursos na própria área da saúde para atender necessidades da população. **4**



Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Waldemir Moka (C) alerta para a complexidade do sistema de saúde pública

**Texto permite que cidadãos opinem sobre projetos de lei**

**Fim do foro especial de parlamentar ganha prioridade**

**Vai para sanção atendimento de emergência a vítima de estupro**

**Senado manda para a Câmara proposta sobre direitos autorais**

**3**

### CPI aprova relatório e pede feminicídio no Código Penal

Após 16 meses de investigações, a CPI do Congresso que apurou as falhas do poder público ao defender as mulheres da violência doméstica e familiar aprovou ontem o relatório

final. A comissão propõe que o feminicídio se torne um crime previsto em lei, de maneira a impedir que tribunais sejam lenientes com homens que matam as companheiras. **7**

José Cruz/Agência Senado



Senadoras Ana Rita (5ª à esq.) e Ângela Portela (4ª à dir.) e deputados Dr. Rosinha (C) e Jô Moraes (5ª à dir.) após a votação



Ônibus trafegam em grande avenida de Brasília: para Renan, transporte grátis para estudante é investir em educação

## Movimentos de jovens apoiam projeto do passe livre

Iniciativa do presidente Renan Calheiros, que torna gratuito o transporte público coletivo a estudantes, tem prioridade na pauta desde a aprovação, na semana passada, de requerimento de urgência

A GARANTIA DE passe livre para todos os estudantes no transporte público coletivo (PLS 248/2013) recebeu ontem o apoio de representantes de movimentos da juventude. Integrantes do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) visitaram Renan Calheiros, presidente do Senado e autor da proposta, e defenderam também outras bandeiras que reverberaram nas manifestações que tomaram as ruas do país nas últimas semanas.

Na semana passada, o Senado aprovou requerimento de urgência para o projeto, que passou a ser prioritário. Na ocasião, Renan afirmou que

a situação dos estudantes é “especialmente dramática” por não possuírem fonte de renda própria. Para ele, investir no transporte dos estudantes significa “verdadeiramente investir em educação”.

Formado por mais de 70 organizações, o Conjuve é vinculado à Presidência da República e tem a atribuição de formular diretrizes para políticas públicas de juventude. Para o Conjuve, o passe livre representa um direito social.

Eles propõem que o financiamento não fique atrelado aos recursos da exploração do petróleo, como consta da proposta. O relator da matéria,

Vital do Rêgo (PMDB-PB), está avaliando os custos e as possíveis fontes de financiamento o projeto.

— É importante que, ao pensar o passe livre, o Senado pense também não só no subsídio às empresa de transporte, mas que entenda o transporte público como direito social — assinalou o presidente do Conjuve, Alessandro Melchior.

Os movimentos da juventude também pedem a inclusão na reforma política de mecanismos que garantam maior renovação geracional da representatividade na Câmara dos Deputados.

## Remarcada reunião para votar relatório preliminar da LDO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) suspendeu a reunião de ontem, marcada para votar o relatório preliminar do projeto (PLN 2/2013) de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014. Novamente não houve acordo para análise do texto, que está pronto há três semanas. Uma nova tentativa de votação foi agendada para terça-feira.

Líderes partidários estão obstruindo as votações das comissões mistas do Congresso (Orçamento e medidas provisórias) para pressionar uma decisão de calendário

sobre a votação dos vetos presidenciais. Além disso, a oposição quer que o Senado aprove o projeto de resolução que define o prazo de 30 dias para a votação dos vetos.

O Congresso Nacional arquivou na última quarta-feira 1.478 vetos presidenciais. Na próxima quarta-feira, haverá nova reunião entre os presidentes da Câmara, do Senado e líderes partidários para definir os critérios que vão nortear a votação dos 1.694 vetos restantes.

Só após a aprovação da versão preliminar do projeto da

LDO será possível abrir prazo para emendas. O relatório final precisa ser aprovado pelo Congresso até o dia 17 de julho para que o recesso parlamentar não seja cancelado.

O relator da LDO, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), disse na quarta-feira que uma vez aprovado o relatório, um prazo de cinco dias seria suficiente para a apresentação de emendas. Uma das possibilidades é um acordo para votar o relatório preliminar e deixar a obstrução para o relatório final, caso o impasse em torno dos vetos continue.

### Nota sobre matéria da Folha

A Assessoria de Imprensa do presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou ontem nota sobre matéria publicada pela *Folha de S.Paulo*. Leia a íntegra:

Em relação à publicação do jornal *Folha de S.Paulo*, o senador Renan Calheiros esclarece que exerce cargo de representação por ser presidente de Poder, como presidente do Senado Federal. É o mesmo que acontece com a Presidente da República, chefe do Poder Executivo. Não é, por exemplo, o que acontece com ministros de Estado. A viagem, portanto, foi para cumprir

compromisso como presidente do Senado Federal, ou seja, compromisso de representação.

O Estado determina que sejam assegurados aos presidentes dos Três Poderes transporte e segurança, como previsto no Decreto 4.244/2002 e de acordo com a Constituição federal.

**Assessoria de Imprensa do Senador Renan Calheiros**

## Diversidade é tema do segundo episódio de série histórica na TV

A diversidade da formação brasileira é o tema do segundo episódio da série *Brasil no Olhar dos Viajantes*, que estreou no último fim de semana na TV Senado.

Se no primeiro episódio o espectador pôde conhecer o Brasil visto pelos viajantes do século 16 como o paraíso nos trópicos, de natureza exuberante e habitantes selvagens, no segundo episódio irá se deparar com um Brasil colonizado, fonte inesgotável de ouro e riquezas naturais.

As narrativas produzidas pelos viajantes e as imagens que levavam do Brasil circulavam por toda a Europa, apresentando ao mundo letrado um lugar desconhecido, distante

e exótico. Boa parte do acervo servirá como referência para intelectuais que, séculos depois, teriam a missão de resgatar o passado e construir uma nacionalidade brasileira.

As curiosidades e os fatos desse período da história do Brasil são apresentados no segundo episódio, que reúne documentos da época, imagens raras e depoimentos de pesquisadores que se dedicaram a investigar a relação entre a literatura de viagem e a consolidação da nossa identidade.

Os episódios da série já estão disponíveis para visualização e download na página da TV Senado na internet: <http://migre.me/fixel>.

O Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado realizou ontem reunião com todos os setores da Casa. Um dos resultados do encontro foi a criação de uma rede de gestão para dar mais um passo no processo de profissionalização da administração, como prevê o Plano Estratégico do Senado. A diretora-geral, Doris Peixoto, abriu a reunião.



### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

#### PLENÁRIO Gorjeta em bares e restaurantes

9h Sessão deliberativa. Na pauta, projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para disciplinar a divisão, entre os empregados, da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

#### PRESIDÊNCIA Ordem do dia

10h Renan Calheiros preside a ordem do dia.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Multa de até R\$ 60 milhões para empresa corruptora

Lei Anticorrupção, que prevê punição a pessoas jurídicas, foi aprovada ontem no Senado e vai à sanção

O SENADO APROVOU em votação simbólica ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 39/2013, do Executivo, que responsabiliza administrativa e civilmente pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. O projeto da chamada Lei Anticorrupção, que agora segue para sanção presidencial, permite a punição de empresas que pratiquem ações como oferecer vantagem indevida a agente público, fraudar licitações e financiar atos ilícitos.

Atualmente, apenas os agentes públicos flagrados em casos de corrupção são punidos — não havia punições para as pessoas jurídicas corruptoras, que agora podem pagar multas de 0,1% a 20% do faturamento bruto anual ou de valores entre R\$ 6 mil e R\$ 60 milhões.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, classificou a proposta como “mecanismo fundamental” no combate à corrupção no país e ressaltou o incentivo aos investimentos estrangeiros.

Ele lembrou que, no início do ano, a Casa aprovou decreto legislativo que facilita a troca

de informações fiscais entre Brasil e Estados Unidos (PDS 30/2010), medida importante na investigação de fraudes e crimes tributários.

Na apresentação do parecer, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator da matéria no Plenário, disse que, além de atender recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o projeto valoriza a imagem brasileira no cenário internacional.

## Discussão

Para Kátia Abreu (PSD-TO), seria importante que o projeto também previsse punição para o que classificou de

“aventureiro”, o empreiteiro ganhador de licitações que não tem estrutura para fazer a obra e vende a oportunidade para o segundo colocado.

Humberto Costa (PT-PE) lembrou que o projeto pode evitar situações como a ocorrida durante a chamada Operação Vampiro. Mesmo com a identificação das empresas que vendiam hemoderivados ao Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de licitações fraudulentas, nenhuma foi indiciada.

Pedro Taques (PDT-MT) destacou a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas contemplada na Lei Anticorrupção.



Lei Anticorrupção foi aprovada em votação simbólica pelo Plenário do Senado

## Fim do foro especial para parlamentares em caso de crime comum terá tramitação rápida

Walter Pinheiro (PT-BA) será o relator da PEC 10/2013, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que extingue o foro especial para parlamentares e outras autoridades no caso de crimes comuns. O Plenário decidiu ontem que a proposta seguirá calendário especial, com análise mais rápida. A inclusão na ordem do dia será determinada pelos líderes partidários.

Normalmente, uma PEC tem cinco sessões de discussão

antes da votação em primeiro turno e outras três sessões antes do segundo turno. Para ser aprovada, são necessários 49 votos em cada turno.

Quarta-feira, o Senado aprovou calendários especiais para outras duas PECs de Humberto Costa (PT-PE) que acabam com a aposentadoria como pena disciplinar máxima para juízes, promotores e procuradores de Justiça (PECs 53/2011 e 75/2011).

— A Justiça tem que atuar independentemente da condição social, política ou financeira. Crime tem que ser combatido — disse Pinheiro.

Apesar de o foro especial ser visto por muitos como um privilégio, existe divergência entre juristas. Em 2010, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, alegou em audiência pública no Senado que prerrogativa de função não é privilégio.

## Vão para promulgação regras que permitem ao cidadão opinar sobre projetos de lei no Senado

O Plenário aprovou o projeto que estabelece mecanismo de participação popular na tramitação das propostas legislativas no Senado (PRS 47/2013). O texto agora irá para a promulgação.

Segundo a proposta, o cidadão poderá manifestar, por meio da página do Senado na internet, apoio ou discordância em relação a qualquer projeto de lei na Casa. O cidadão precisará preencher um cadastro com os dados pessoais.

O projeto estabelece que se deixe expresso, em cada etapa

da tramitação, o número de manifestações favoráveis e contrárias por parte dos cidadãos.

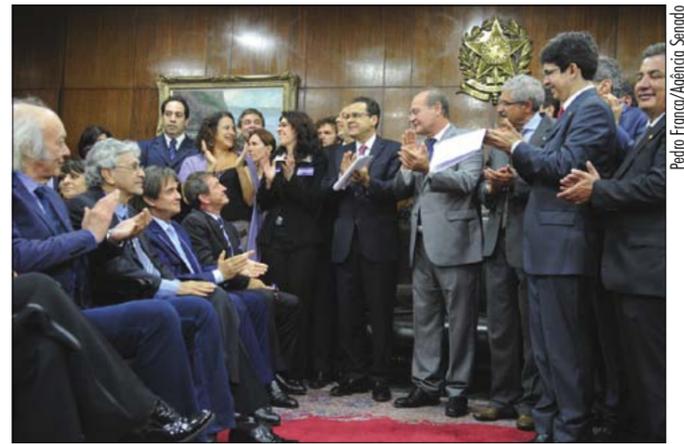
A ideia partiu do ex-senador Raimundo Colombo, que originalmente pretendia abrir um canal de comunicação para o cidadão nos sites do Senado e da Câmara.

Como a iniciativa se inclui entre as competências privativas do Congresso ou de uma das Casas, o relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ), Luiz Henrique (PMDB-SC), recomendou a transforma-

ção do texto em projeto de resolução. Dessa forma, a proposta que tramitava como PLS 77/2010 se transformou no PRS 47/2013.

Casildo Maldaner (PMDB-SC), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) elogiaram a proposta, ressaltando que ela visa à inclusão política do cidadão. Segundo Randolfe, o projeto atende o clamor das ruas porque amplia a democracia participativa:

— É mais um mecanismo de participação direta do cidadão.



Renan Calheiros recebeu artistas como Erasmo, Caetano e Roberto Carlos

## Senado envia à Câmara novas regras sobre direitos autorais

O Senado enviou ontem à Câmara dos Deputados o projeto que estabelece novas regras para a cobrança, a arrecadação e a distribuição dos direitos autorais sobre obras musicais.

A aprovação, anteontem, foi possível depois de acordo entre os líderes conduzido pelo presidente da Casa, Renan Calheiros.

Durante todo o dia, as negociações foram acompanhadas por artistas de renome no cenário musical, como Roberto Carlos e Caetano Veloso.

O texto aprovado foi o substitutivo do relator, Humberto Costa (PT-PE), ao PLS 129/2012, com quatro emendas de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O objetivo da proposta é tornar mais transparente a relação entre as entidades

responsáveis pela arrecadação dos direitos autorais, os autores das obras e o público no que se refere à “execução pública de obras musicais, literomusicais e de fonogramas”. Uma das emendas estabelece o décimo dia útil de cada mês como prazo para que as emissoras de rádio e TV e empresas cinematográficas entreguem a relação completa das obras e fonogramas usados no mês anterior. Outra emenda estabelece que a cobrança dos usuários das obras será proporcional ao grau de utilização.

O projeto foi elaborado a partir do trabalho da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou denúncias de irregularidades na gestão de recursos do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

## Aprovado atendimento imediato no SUS a vítima de estupro

Vítimas de violência sexual deverão receber tratamento imediato nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS). O Plenário aprovou ontem o PLC 3/2013, determinando aos hospitais da rede, tanto os públicos quanto os privados conveniados, que ofereçam atendimento “emergencial, integral e multidisciplinar” às vítimas. A proposta vai para a sanção presidencial.

Da deputada Iara Bernardi (PT-SP), o projeto prevê a realização de diagnóstico e tratamento das lesões, apoio psicológico e profilaxia da gravidez (como a pílula do dia seguinte) e de doenças sexualmente transmissíveis. O texto prevê a colaboração nos procedimentos policiais, como a coleta de material para identificação do agressor por meio de exame de DNA. Na prática, o projeto transforma em lei um protocolo do SUS, tornando-o obrigatório.

Apesar de a maioria das vítimas serem mulheres, o texto assegura o atendimento a todas as pessoas vitimadas, incluindo crianças, homens, idosos e travestis.

## Votação da anistia a funcionários dos Correios é adiada

O Plenário adiou a votação do projeto que amplia o período de abrangência de situações passíveis de solicitação de anistia pelos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

De acordo com a Lei 1.282/2006, serão anistiados os trabalhadores dos Correios que sofreram punição por participação em greve entre 4 de março de 1997 e 23 de março de 1998. O projeto de lei da Câmara (PLC 83/2007) altera a lei para estender o período até 23 de fevereiro de 2006.

Os trabalhadores dos Correios estavam presentes no Plenário durante toda a tarde. O líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Wellington Dias (PI), no entanto, pediu o adiamento da votação. Ele alegou que o relator da matéria, Inácio Arruda (PCdoB-CE), não teve tempo de tratar o tema com o presidente dos Correios, que deve comparecer ao Senado antes da votação da matéria para tomar ciência do assunto e apresentar o posicionamento do órgão.

# Debatedores pedem mais recursos na saúde para definir responsabilização

Comissão de Assuntos Sociais reúne especialistas para discutir projeto que visa punir gestores envolvidos em ações fraudulentas

A RESPONSABILIDADE SANITÁRIA tem que ser proporcional aos meios de que dispõem os gestores, assinalou René Santos, representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) em audiência pública ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A reunião discutiu projeto de Humberto Costa (PT-PE) que visa punir gestores públicos de saúde envolvidos em ações fraudulentas (PLS 174/2011).

Santos observou que muitos problemas de gestão decorrem da forma como são feitas as transferências de recursos para a área da saúde. Ele disse que gestores são responsabilizados

por usarem recursos de uma das áreas da saúde em outras. Na avaliação dele, a legislação deve “romper as amarras” para que as necessidades da população sejam atendidas e a lei deve expressar de forma objetiva os critérios sobre o que é considerado crime.

A nova norma, disse René Santos, precisa estar em harmonia com a lei que estabelece os valores mínimos a serem aplicados anualmente em saúde pela União, estados, Distrito Federal e municípios (Lei Complementar 141/2012).

— A lei tem de trazer o caráter objetivo dos fatos. Não podemos dar margem a interpretações. Devemos ter critérios objetivos, senão, podem

se tornar crime certas ações dos gestores — alertou Santos, ao destacar que o momento é ideal para firmar uma agenda definitiva e estruturante.

## Crítica à lei atual

O representante do Ministério da Saúde, Fausto Pereira dos Santos, disse que a lei em vigor possui uma “zona cinzenta” e não deixa claras as responsabilidades. Segundo ele, da forma atual, a norma não responsabiliza ninguém ou leva a uma ação judicial.

Ao defender também a compatibilidade das propostas de responsabilidade sanitária com a lei, a presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro de

Souza, observou que a responsabilidade deve ser atribuída igualmente aos gestores orçamentários e financeiros. Em alguns casos, disse, os gestores não executam o plano de saúde por falta de repasse de verbas. Ela defendeu a autonomia dos municípios para tratar problemas da saúde, bem como a participação popular na definição de prioridades.

O representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), José Enio Duarte, observou que já existem leis para punir fraudes e desvios de recursos públicos. O que falta, na visão dele, são recursos para aplicar na área de saúde.



Lúcia Vânia foi a relatora na Comissão de Constituição e Justiça

## Senado retoma projeto original sobre papiloscopistas

O Plenário aprovou ontem requerimento para tramitação em regime de urgência de projeto que inclui os papiloscopistas no rol de peritos oficiais (PLS 244/2009). Parecer favorável à aprovação da matéria, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ).

Papiloscopistas são profissionais que realizam identificação de pessoas — vivas ou mortas — a partir de impressões digitais ou reconstituições faciais. A proposição entrará na ordem do dia na segunda-feira.

Os senadores aprovaram ainda regime de urgência para projeto que inclui na área de atuação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) os municípios goianos de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança.

A proposta (PLS 410/2012 — Complementar), de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), também estará na ordem do dia na segunda-feira e foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) na quarta-feira.



Presidente da comissão, Waldemir Moka (C) coordena debate com René Santos, José Enio Duarte, Fausto Pereira dos Santos e Maria do Socorro de Souza

## Senadores alertam para complexidade do sistema

A Lei de Responsabilidade Sanitária, disse Humberto Costa, deve deixar claro o que cabe a cada ente da Federação para que haja responsabilização. Segundo ele, o sistema público de saúde é complexo e faltam instrumentos para

resolver situações pontuais.

A complexidade também foi ressaltada pelo presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS). Na opinião dele, é preciso haver mais recursos para que se possa cobrar responsabilidade. O senador afirmou que

o subfinanciamento chegou a tal ponto que, para suprir as carências de saúde, os gestores municipais improvisam.

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Wellington Dias (PT-PI) é o relator na CAS,

onde o texto recebe votação final. O projeto tramita em conjunto com o PLS 190/2009, que define procedimentos para apurar responsabilidades e estabelecer sanções a quem descumprir as obrigações assumidas no SUS.

## Cícero propõe medida para subfinanciamento da área

Cícero Lucena (PSDB-PB) apontou, em Plenário, ontem, três pontos fundamentais que precisam ser enfrentados para que o Brasil consiga aprimorar o sistema de saúde pública.

Na avaliação dele, um dos problemas mais graves do setor atualmente se refere à questão do subfinanciamento. Uma solução seria a criação de lei determinando que a União aplique pelo menos 10% das receitas na saúde. Nesse sentido, o senador defendeu

a aprovação do projeto de lei de autoria dele (PLS 162/2012) que fixa o percentual mínimo de receita corrente líquida que a União deve aplicar anualmente em serviços de saúde.

Cícero defendeu também a adoção de uma política adequada de recrutamento de profissionais de saúde e a celebração de consórcios regionais entre municípios, para racionalizar e dividir os gastos na área de saúde.



Cícero critica baixo gasto federal com saúde

## Vanessa apoia chegada de médicos estrangeiros

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que os médicos brasileiros têm razão em algumas das reivindicações, mas que é preciso debater outras. Ela recordou que a presidente Dilma Rousseff mandará publicar na semana que vem um edital requisitando médicos brasileiros para suprir a carência em municípios distantes e nas periferias. Não havendo número de interessados suficientes, as vagas restantes serão oferecidas a médicos estrangeiros. Para a senadora, essa é uma medida importante, necessária e justa.

A saúde no Brasil precisa de “decisões importantes”, segundo Vanessa. A primeira, disse, é a garantia de recursos para a saúde pública. A parlamentar afirmou que o Senado está enfrentando o problema, citando a comissão especial que discute o assunto e que tem como relator Humberto Costa (PT-PE). A senadora afirmou também que tramitam na Casa vários projetos que tratam da carreira de médico, comunicando ter apresentado emenda que estende a proposta de carreira de Estado para outros profissionais da área, citando odontólogos, farmacêuticos, bioquímicos e enfermeiros.

— O médico não faz saúde só — disse a senadora.

## Inácio defende 10% do Orçamento para a saúde

A destinação de 10% das receitas da União para investimentos na saúde foi defendida em Plenário ontem pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). O parlamentar reforçou o compromisso dele e do próprio partido com a medida e ressaltou que o financiamento da saúde pública foi uma das pautas de reivindicação das mobilizações populares no mês passado.

Inácio destacou ainda que o pedido de 10% da receita para a saúde foi um dos primeiros itens cobrados pelos médicos e profissionais em protestos ocorridos na quarta-feira por todo o país.

— Nós amarramos estados e municípios em uma decisão do Congresso [a regulamentação da Emenda Constitucional 29/2000], mas não determinamos quais as obrigações do governo federal em repasses para o fundo de saúde pública, que custeia de operações de alta complexidade até assistência primária de saúde — afirmou.



Inácio diz que demanda também vem das ruas

# Para Renan, referendo pode ser solução caso não se aprove plebiscito

Presidente do Senado afirmou que “o fundamental é ouvir a sociedade” e defendeu a manutenção da reeleição para a Presidência da República

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, voltou a defender a realização de um plebiscito para consultar a população sobre a reforma política, conforme sugerira a presidente Dilma Rousseff. Renan, no entanto, admitiu a possibilidade do referendo como alternativa, caso o plebiscito não seja aprovado logo pela Câmara.

— Se ficar demonstrado que o plebiscito vai ter dificuldade de caminhar na Câmara, então todos temos que encontrar uma alternativa, talvez fazer uma reforma a toque de caixa e submetermos à população. O fundamental é ouvir a sociedade — afirmou.

De acordo com a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, são necessários no mínimo 70 dias para viabilizar o plebiscito, após a aprovação do decreto legislativo pelo Congresso.



Renan: é preciso uma alternativa caso o plebiscito não seja aprovado na Câmara

A proposta deverá começar a tramitar pela Câmara dos Deputados e depois seguir para o Senado. Se o texto for alterado, terá de voltar à Câmara.

Na avaliação de Renan Calheiros, o apoio de Dilma Rousseff é fundamental nesse processo. O presidente do Senado afirmou ser também “fundamental ouvir o clamor da sociedade com

relação às mudanças na política brasileira”.

— Já disse a ela [à presidente] que seu apoio é fundamental. É convergirmos todos na mesma direção para mudar a política. A política tem que se reinventar — disse.

## Reeleição

O presidente do Senado também declarou ser

favorável à manutenção da reeleição para o cargo de presidente da República.

— Eu defendo a reeleição. Nós ainda estamos vivendo a experiência da reeleição, e os resultados são favoráveis. A reeleição é uma oportunidade que o administrador tem, quando está indo bem [no mandato], de ser reeleito e concluir o mandato com grandes resultados — afirmou Renan Calheiros, ao ser questionado sobre a possibilidade de inclusão desse tema na reforma política.

O presidente do Senado fez as declarações logo depois de receber em seu gabinete o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel.

Renan e Pimentel discutiram propostas para melhorar os serviços públicos, como saúde e educação, e as políticas de desenvolvimento da indústria e do comércio.

## Líderes governistas na Câmara descartam consulta ainda em 2013

Após reunião com o vice-presidente Michel Temer e com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, lideranças da base do governo na Câmara descartaram a possibilidade de realização de um plebiscito sobre reforma política ainda em 2013. Em nota, porém, Temer disse que o ideal seria que as mudanças já valessem para as eleições do próximo ano.

O entendimento dos deputados é que a proposta, encaminhada pelo governo no início da semana, não teria tempo suficiente para ser implementada. Temer afirmou ser consenso entre os líderes da base na Câmara o fato de que o plebiscito não terá efeito nas eleições de 2014. Nesse caso, uma possibilidade seria fazer o plebiscito com o segundo turno das eleições, no próximo ano. As medidas aprovadas só produziram efeitos nas eleições de 2016, mas não há acordo sobre a data da consulta pública.

## Suplicy defende recall para mandatos de políticos



Waldemir Barreto/Agência Senado

A proposta de referendo revocatório de mandatos eletivos — conhecido como recall — foi defendida ontem por Eduardo Suplicy (PT-SP). Na avaliação dele, as recentes manifestações populares têm revelado grande insatisfação com o afastamento entre eleitores e seus representantes.

— Os chamados representantes exercem suas atribuições como delegados do povo soberano, perante o qual devem prestar contas da gestão — afirmou.

Suplicy lembrou que, em 2005, apresentou proposta de emenda à Constituição instituindo o recall para presidente, senador e deputado federal.

— Essa proposta dá mais força ao povo para cobrar o cumprimento das promessas de campanha.

O senador chamou a atenção para os Estados Unidos, onde o recall chegou a ser usado para a substituição do governador da Califórnia.

## Ferraço propõe que voto se torne facultativo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu a adoção do voto facultativo e disse que o tema precisa ser incluído na agenda política que mobiliza o Congresso. O senador questionou a obrigatoriedade do voto — para ele, a questão poderia ser decidida em plebiscito.

Ferraço é autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2012, que estabelece o voto facultativo no país. A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador afirmou que a sociedade, além de não aceitar mais o atual sistema político, não acredita nos partidos e não se sente representada no Parlamento, como demonstram as manifestações populares.

Ferraço disse que a sociedade espera serviços públicos de qualidade e que o voto não deve ser compreendido como uma obrigação, mas como uma conquista do cidadão que desejar exercê-lo.

## Para Delcídio, é preciso consultar a população



Waldemir Barreto/Agência Senado

Delcídio do Amaral (PT-MS) considera “absolutamente necessário” que o país realize uma reforma política consultando a população.

Em sua opinião, o Congresso falhou por não ter conseguido empreender as mudanças políticas compatíveis com a nova realidade e com os anseios dos brasileiros.

— Não conseguimos promover as mudanças necessárias. A reforma política é muito importante, entre outros pontos importantes, para o Brasil continuar avançando e, com isso, a nossa sociedade — disse.

Segundo Delcídio, o Congresso e o Executivo também deixaram de priorizar serviços públicos de qualidade, como a mobilidade urbana e o transporte.

Para Delcídio, as recentes manifestações em massa nas ruas mostram que os governantes não conseguiram resolver problemas básicos da população.

## Aécio diz que proposta de plebiscito “já nasceu morta”



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aécio Neves (PSDB-MG) disse ontem que a proposta de plebiscito feita pela presidente Dilma Rousseff “já nasceu morta” e marcou o “fim antecipado” do governo. Ele anunciou uma reunião do seu partido para apresentar propostas para a reforma política.

O senador classificou de “engodo” o plebiscito que, segundo ele, serviria apenas para desviar o foco da população de questões centrais, como saúde pública e mobilidade urbana. Aécio defende a votação da reforma política no Congresso, seguida de análise pela população por meio de um referendo com as eleições de 2014.

Para Aécio, o governo não consegue conversar com o Brasil novo que surgiu nas ruas e errou ao não chamar a oposição para o diálogo.

— Chamou segmentos da sociedade que o governo controla; muitos recebem mesada do governo.

## Alvaro Dias vê governo “perdido, confuso, inseguro”



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que não estava contente, mas triste, com o fracasso das propostas de um plebiscito e de uma assembleia constituinte exclusiva.

— Pior que ver o governo derrotado é saber que ele está perdido, confuso, inseguro, pessimamente assessorado — afirmou.

O senador disse que não há como admitir dois grandes equívocos num espaço tão curto de tempo. Na opinião dele, a proposta do plebiscito tentava transferir para o Congresso o desgaste do governo.

— Como o povo poderia responder a questões complexas com um sim ou um não, sem que antes houvesse um grande debate nacional?

No mesmo discurso, o senador pediu que seja colocada em pauta a PEC que extingue o foro especial para os parlamentares e outras autoridades em casos de crimes comuns.

## Reforma política é tema complexo, avalia Ana Amélia



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) elogiou ontem o vice-presidente da República, Michel Temer, que teria anunciado a desistência de uma reforma política que valha já em 2014. Mas Temer explicou depois, em nota, que sua declaração se referia à opinião de alguns líderes partidários. A senadora afirmou que plebiscito não é remédio para os males do país.

— Em plebiscito nós dizemos “sim” ou “não”. Incluir toda uma agenda de reforma política é complexo demais. E, para as mudanças vigorarem no ano que vem, elas terão que ser feitas um ano antes — disse.

Ana Amélia afirmou que os parlamentares devem dar atenção às demandas das ruas. Segundo ela, a população não está pedindo reforma política, mas dinheiro para educação e saúde, combate à corrupção e à má administração do recurso público e mobilidade urbana de qualidade.

# Senadores pedem resposta rápida a bloqueio de vias por caminhoneiros

Agricultores e agroindústrias devem repassar prejuízos ao consumidor, alertam integrantes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

EM REUNIÃO ONTEM na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), vários senadores apontaram prejuízos para o agronegócio com as ações de caminhoneiros que, em greve, bloqueiam rodovias em vários estados desde segunda-feira. Os parlamentares pediram solução rápida para o problema.

Mesmo considerando justo o movimento, que reivindica redução no valor de pedágios e no preço do diesel, Acir Gurgacz (PDT-RO) e Ana Amélia (PP-RS) disseram que os bloqueios impedem a entrega de animais para abate e de produtos perecíveis, com prejuízos para produtores.

— O governo deve agir rápido. Agricultores estão tendo prejuízo, pois não conseguem entregar seu produto, e agroindústrias não conseguem trabalhar — disse Gurgacz.

Além de produtores e agroindústrias, lembrou Ana Amélia, os bloqueios afetam também o fornecimento de alimentos nas cidades e causam elevação do preço de produtos como legumes e verduras, por conta das perdas decorrentes dos atrasos no transporte.



Gurgacz (D) afirma na reunião que as reivindicações dos caminhoneiros são justas, mas que a produção não pode parar

— O distribuidor vai pagar essa conta, por serem produtos perecíveis, e vai repassar ao consumidor. Vamos ter também um impacto sobre a inflação — alertou Ana Amélia, que repudiou atos de violência registrados no Rio Grande do Sul.

Para Ruben Figueiró (PSDB-MS), as manifestações são justas, uma vez que os caminhoneiros não conseguem arcar com os custos do transporte.

— A posição do governo deveria ser a mesma que tem mantido com outros setores que se manifestam, deveria conhecer as razões da sua

revolta, da sua paralisação e resolver o problema, da forma mais razoável possível — disse.

Sérgio Souza (PMDB-PR) apontou as deficiências da infraestrutura de transporte como causa dos altos custos para o escoamento da safra agrícola e um dos limitantes ao avanço das atividades produtivas. Conforme observou, o país sofre as consequências da falta de investimentos em ferrovias, resultando em grande dependência do transporte rodoviário. Para ele, as deficiências de infraestrutura reduzem a competitividade do produto brasileiro.

— Tínhamos mais ferrovias no tempo do barão de Mauá do que temos hoje — disse Souza.

Na presidência da reunião, Gurgacz apresentou sugestão para a melhoria de estradas vicinais. O senador propôs a integração de esforços de municípios, estados e governo federal para viabilizar melhorias como o asfaltamento das vias dentro dos municípios.

Em apoio à proposta, Figueiró lembrou as condições precárias da maioria das estradas vicinais no país, que ele chamou de “estradas boia-deiras”, e disse estarem aquém das necessidades.

## Jucá faz novo relatório sobre trabalho doméstico

A regulamentação dos direitos dos trabalhadores domésticos deve ser modificada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou novo parecer ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 224/2013 — Complementar, com cinco emendas: três dele, uma de José Agripino (DEM-RN) e outra de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Se aprovada na CCJ, a proposta segue para votação no Plenário.

Inicialmente, Jucá inseriu mais duas hipóteses — aposentadoria e morte do trabalhador — que permitem ao patrão obter de volta o valor da indenização pela perda



Novo parecer de Jucá detalha regime unificado para pagamento de tributos

involuntária (sem justa causa ou por culpa do empregador).

Outra modificação elimina a garantia de o trabalhador receber salários correspondentes ao aviso prévio se rescindir o contrato em virtude de novo emprego. Por fim, Jucá fez

ajustes em dispositivos que detalham a composição do Simples Doméstico, regime unificado de pagamento de tributos, contribuições e demais encargos do empregador.

Sugestão de Agripino para exigir agendamento e

entendimento prévios entre empregador e fiscal do trabalho também foi incorporada. A emenda permite ainda, na suspeita de trabalho escravo, tortura, maus-tratos, trabalho infantil ou violação dos direitos humanos, que a fiscalização peça autorização à Justiça para vistoria compulsória.

Das três emendas apresentadas por Aloysio, o relator só aproveitou a que admite prazo inferior a 45 dias para a formalização de contrato de experiência. Se o serviço continuar a ser prestado e não houver prorrogação ou se a vigência do contrato ultrapassar 90 dias, o acerto passará a valer por tempo indeterminado.

## Comissão fará audiência com ministro da Pesca

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou requerimento de Benedito de Lira (PP-AL) e Ana Amélia (PP-RS) de convite ao ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, para discutir ações e perspectivas do setor. A audiência pública vai ser realizada quinta-feira.

Em apoio, Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ruben Figueiró (PSDB-MS) relataram iniciativas do ministério em Mato Grosso do Sul, em benefício de pescadores locais, que têm ajudado a movimentar a economia de pequenos municípios.

Ana Amélia e Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiaram as ações implementadas por Crivella.

## Capiberibe destaca temas do transporte e da violência

Em discurso no Plenário ontem, João Capiberibe (PSB-AP) destacou dois pontos entre as principais preocupações da população: a violência urbana e o transporte coletivo. Segundo o senador, nas duas áreas há carência de políticas públicas.

Ele aproveitou para defender a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/2012, de autoria dele, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

Na área de transportes, o senador disse que é preciso rever a política de concessão. Segundo ele, o Brasil é um dos raros casos em que a iniciativa privada explora o transporte coletivo urbano.



Capiberibe ressalta temas que preocupam quem vive nas cidades

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



A presidente da CPI, deputada Jô Moraes, apresenta o relatório final da comissão, ao lado da senadora Ana Rita, a encarregada de elaborar o documento

## CPI aprova relatório e propõe que feminicídio entre no Código Penal

Comissão do Congresso concluiu investigação sobre falhas no cumprimento da Lei Maria da Penha; texto final cobra ações do poder público

APÓS QUASE UM ano e meio de investigações, os senadores e deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência contra a Mulher aprovaram ontem o relatório final, que contém recomendações ao Judiciário, ao Executivo e ao Ministério Público e propostas de mudança na legislação.

O objetivo é garantir o cumprimento da Lei Maria da Penha (que combate a violência doméstica e familiar) e reduzir o número de mulheres espancadas e assassinadas no Brasil.

O relatório, elaborado pela senadora Ana Rita (PT-ES), sugere incluir no Código Penal um crime chamado feminicídio — o homicídio de mulher motivado pelo

fato de ela ser mulher. A pena sugerida é de 12 a 30 anos de prisão. Dessa forma, os tribunais ficariam impedidos de sentenciar penas mais brandas aos assassinos de mulheres.

Num ranking de 84 países, o Brasil fica em sétimo lugar em homicídios de mulheres.

### Tortura

A CPI propõe também que a violência doméstica, quando cometida premeditadamente e com requintes de crueldade, seja considerada tortura. Pela Lei da Tortura, a pena vai de dois a oito anos de prisão, podendo passar para quatro a dez anos nos casos de lesão corporal grave ou gravíssima.

O relatório de Ana Rita sugere alterações pontuais na Lei

Maria da Penha. Uma delas veda a concessão de fiança pela polícia nos casos de violência contra a mulher — o pedido deve ser decidido pelo juiz, no prazo de 48 horas.

O relatório pede à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República que institua um Sistema Nacional de Informação sobre Violência Contra a Mulher.

A secretária-executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Lourdes Bandeira, considerou corajoso o trabalho da CPI, “por trazer à tona uma série de crimes cobertos pela impunidade”. Ela disse que estudará a implementação de medidas que melhorem as políticas públicas para as mulheres.

A procuradora-geral de

Justiça do Distrito Federal, Eunice Carvalhido, prometeu levar ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais o apelo da CPI para dar efetividade a dispositivo da Lei Maria da Penha que obriga o Ministério Público a criar um cadastro de violência doméstica e familiar contra a mulher.

### Acompanhamento

Senadores e deputados citaram a importância do trabalho realizado pela relatora e sua equipe, com base em inúmeras audiências e mais de 30 mil páginas de documentos. Os senadores Armando Monteiro (PTB-PE), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Ângela Portela (PT-RR) defenderam o acompanhamento das ações sugeridas pela CPI.

## Senadoras citam encarte do Jornal do Senado sobre violência

O mais recente encarte especial do **Jornal do Senado**, sobre a violência contra as mulheres, foi citado diversas vezes ao longo da reunião de ontem da CPI. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) classificou o material de “ideia fantástica”.

— Contribui para a luta contra a violência que sofrem as mulheres — disse ela, que ocupa no Senado o cargo de procuradora especial da Mulher.

A relatora da CPI, Ana Rita

(PT-ES), afirmou que o encarte “corroeu” a cobertura jornalística que o Senado fez dos trabalhos da comissão.

A secretária-executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Lourdes Bandeira, leu trechos da reportagem sobre o baixo orçamento dos programas públicos de combate à violência doméstica.

Veja o encarte sobre o tema: <http://bit.ly/encarteMulheres>



A senadora Vanessa Grazziotin mostra o jornal sobre violência doméstica

## Estímulo à maior contratação de operárias vai à CCJ



Ângela defende maior participação feminina na construção civil

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 323/2012, que visa estimular a contratação de mulheres na construção civil, foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta, que altera a Lei de Licitações para exigir que obras e serviços contratados pelo governo tenham um percentual mínimo de 12% de mão de obra feminina, será agora analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O texto, do senador Gim (PTB-DF), foi relatado pela senadora Ângela Portela (PT-RR), que alterou a redação para aumentar o percentual mínimo de 8% para os 12% aprovados na CDH.

Segundo o texto, um dos critérios de desempate nas licitações será a preferência por empresas em que mais de 30% dos empregados sejam mulheres. A proposta original, modificada por sugestão de

Ângela Portela, previa 20%.

Ao justificar os aumentos, a senadora citou estatísticas em que as mulheres aparecem como 13,68% da mão de obra na construção civil e também ressaltou que, no mercado de trabalho em geral, as mulheres responderiam por mais de 40% dos empregos. Além disso, ela lembra que a construção civil é um “setor historicamente resistente ao ingresso da mão de obra feminina”.

## Senado fará audiência sobre protestos no país

A pedido de Paulo Paim (PT-RS), a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará uma audiência pública na quinta-feira para discutir os recentes protestos que aconteceram em todo o país. Na audiência, serão tratados temas abordados pelos manifestantes, como educação, saúde e passe livre.

O senador sugeriu que sejam convidados representantes do Movimento Passe Livre (que deu início às manifestações) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outras entidades.

— Queremos ouvir a juventude — afirmou Paim.

Na terça-feira, a comissão fará uma audiência pública sobre a internação compulsória de viciados em drogas. A reunião foi solicitada pelo senador Humberto Costa (PT-PE), relator de um projeto sobre o assunto.

A CDH também aprovou requerimentos de Paim para a realização de audiências públicas sobre segurança do trabalho no âmbito do serviço público, alienação parental, Lei da Anistia e mobilidade urbana.

## No semestre, comissão acatou 65 projetos de lei

No primeiro semestre, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou 35 reuniões, entre audiências públicas e reuniões deliberativas, segundo balanço apresentado pela presidente do colegiado, senadora Ana Rita (PT-ES).

A comissão aprovou 65 projetos. Na lista, está o PLS 23/2013, de Paulo Paim (PT-RS), que transfere para o período do estágio probatório a avaliação da aptidão da pessoa com deficiência aprovada em concurso público. Outro projeto, o PLS 452/2012, de Ana Amélia (PP-RS), prevê isenção de pagamento de pedágio em rodovias a pessoas com deficiência.

No total, foram promovidas 23 audiências no semestre. Entre os temas, Ana Rita destacou direitos das mulheres, conflitos agrários, situação dos índios, trabalho escravo, adoção de crianças, casamento civil igualitário, regulamentação da PEC das Domésticas e assédio moral no serviço público federal.

A comissão também lançou a revista *Em Discussão!* sobre adoção, editada pela Secretaria de Comunicação Social do Senado.

# Senado condena decisão de países europeus de fechar espaço aéreo a Evo

Senadores aprovaram votos de censura e repúdio por quatro países terem negado passagem ao avião presidencial da Bolívia

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, em votação simbólica, três requerimentos com votos de censura e repúdio ao tratamento dado ao presidente da Bolívia, Evo Morales, por países europeus que lhe fecharam o espaço aéreo. A medida teria sido tomada por suspeita de que o avião levava a bordo o ex-técnico da CIA Edward Snowden, acusado de espionagem pelo governo dos Estados Unidos.

Não existem informações oficiais sobre o paradeiro de Snowden. Suspeita-se que ele ainda esteja no Aeroporto de Moscou, na Rússia, à espera da concessão de asilo político.

Também foi aprovado um voto de solidariedade ao mandatário boliviano.

Mais cedo, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) havia aprovado requerimentos de repúdio às atitudes de Espanha, Portugal,



O presidente Evo Morales é recebido por ministros e apoiadores no aeroporto, na chegada à Bolívia na terça-feira

Itália e França, que impediram a passagem do avião presidencial boliviano quando voltava de uma viagem da Rússia.

Durante a semana, senadores condenaram o fato em discursos no Plenário, como Lindbergh Farias (PT-RJ), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Braga (PMDB-AM), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

— O que fizeram com Evo não foi algo aceitável. É gravíssimo e ainda pôs em risco a vida do presidente — disse Inácio.

Anteontem, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou uma moção, apresentada pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), de “veemente repúdio” à decisão dos países europeus.

A votação dos requerimentos

no Plenário foi pedida por Ferraço, presidente da CRE, que considerou o acontecido “uma agressão” a Evo Morales e à Bolívia, país associado ao Mercosul.

A presidente Dilma Rousseff e o Itamaraty também divulgaram notas condenando o incidente, que, na avaliação de Ferraço, contraria e viola convenções internacionais.

**País deve mostrar ao mundo caráter pacífico de atos, diz Souza**

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que a diplomacia é fundamental não só para propagar as posições do Brasil sobre as questões internacionais, mas também para mostrar a vocação do país para o diálogo e a busca do consenso. No momento em que o país acaba de sediar a Copa das Confederações e se prepara para sediar a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, cresce em importância a tarefa dos diplomatas para explicar ao mundo os protestos.

— Repudiando os casos de violência, confronto, depredação de patrimônio, é importante esclarecer às demais nações o caráter pacífico e democrático das manifestações que se sucedem — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Mercosul é exemplo de sucesso e não será afetado pela Aliança do Pacífico, afirma Pimentel

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, negou que a Aliança do Pacífico — formada por Chile, Peru, México e Colômbia — prejudique as atividades comerciais do Mercosul. Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores ontem, o ministro disse não haver “motivo para celeuma”, pois o Mercosul caminha para ser um dos mais importantes blocos do mundo.

Pimentel chamou a atenção, no entanto, para a necessidade de evitar a divisão do continente, com uma América voltada totalmente para o Atlântico e outra ao Pacífico, o que poderia ser feito, por exemplo, com uma integração da rede logística.

— Brasil e Argentina têm que liderar esse esforço de integração. Se não fizermos nada, haverá duas Américas, não por guerra ou divergências, mas pela organização natural

das economias. Os Estados Unidos fizeram a ligação entre leste e oeste no século 19 e isso alavancou a economia americana. Vamos avançar nos próximos anos, se houver ligações ferroviária, portuária e rodoviária entre os dois lados. Esse é o grande desafio do continente americano — disse.

Durante a audiência, o ministro apresentou um tom otimista em relação ao futuro do Mercosul e da economia brasileira. Ele afirmou que o Brasil está “atravessando a crise econômica internacional em melhores condições que outros países”.

— Não tem país no mundo hoje com capacidade tão grande de atrair investimentos estrangeiros como o Brasil — ressaltou.

Fernando Pimentel destacou que o Brasil tem hoje acordos comerciais com 18 nações, na média de outras grandes economias. Segundo ele, os



Ao lado de Ricardo Ferraço, Fernando Pimentel (ao fundo, à esq.) fala sobre a situação comercial do Mercosul à CRE

Estados Unidos, por exemplo, têm 20 acordos; a Rússia, 19; a Índia, 13; a China, 10; e o Canadá, 11.

— Se há exemplo de esforço pela integração bem-sucedido, é o Mercosul. Pode ser que alguns não concordem e achem

exagero, mas temos dado, ao longo de 20 anos de existência do bloco, um exemplo de sucesso — disse.

Na opinião dele, a moeda americana atingiu um novo patamar e não deve voltar a menos de R\$ 2 como no passado.

Evitando entrar em detalhes sobre a atuação do Banco Central na tentativa de conter a alta do dólar, ele disse que a autoridade monetária “age com a prudência necessária” e se preocupa também com outros fatores, como a inflação.

## Para ministro do Desenvolvimento, acordo automotivo entre Brasil e Argentina já pode evoluir para o livre comércio

A um ano do término do atual acordo bilateral automotivo entre Brasil e Argentina, o ministro do Desenvolvimento disse que não há impedimento para os dois países caminharem para o livre comércio no setor.

— Por parte do Brasil, não há empecilho para que caminhemos para o livre comércio. A

Argentina acha que é precipitado, então pretendemos buscar o melhor formato — explicou.

O atual acordo entre as duas nações foi firmado em 2008, com validade até 30 de junho de 2014, e isenta de tributação o comércio de automóveis produzidos pela indústria instalada nos dois países.



Embaixador argentino no Brasil, Luis Kreckler, presente à reunião da CRE

Marcos Oliveira/Agência Senado

## Audiência pública também discutiu o possível retorno do Paraguai ao bloco

Ao responder a perguntas dos senadores, o ministro Pimentel negou que a sanção política imposta pelo Mercosul ao Paraguai tenha prejudicado o bloco e a economia brasileira. Segundo ele, o comércio do Brasil com o Paraguai aumentou 20% no primeiro semestre deste ano.

— O país foi punido politicamente com o afastamento do bloco, mas não houve sanção econômica. Não se tratava de punir o povo paraguaio. Já há um governo eleito democraticamente e interessa a todos que o Paraguai volte a ser membro pleno do bloco — afirmou.